



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO  
DIRETORIA DE ENSINO REGIÃO DE MARÍLIA  
NÚCLEO DE FINANÇAS

339 f

PROCESSO Nº: 00027/18

INTERESSADO: APAE – ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE MARÍLIA

ASSUNTO: PRESTAÇÃO DE CONTAS – TERMO DE COLABORAÇÃO / EXERCÍCIO 2017

**PARECER CONCLUSIVO**

A Prestação de Contas identificada pelo número de processo acima se encontra em conformidade com a destinação dos recursos repassados por esta Diretoria de Ensino, conforme dados abaixo. Esta foi analisada de acordo com as seguintes orientações: (I) Termo de Colaboração; (II) Plano de Trabalho; (III) Instruções nº 02/2016, alterada pela Resolução nº 03/2017, do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, e (IV) legislação vigente.

**I – A localização e o regular funcionamento da beneficiária, descrevendo sua finalidade estatutária e descrição do objeto;**

A instituição beneficiária atestou por meio das Declarações de folhas nºs 14, 15 e 16 a sua localização e regular funcionamento à Rua Raul Torres, nº 70, Marília/SP.

Sua finalidade estatutária está discriminada no artigo 9º do ESTATUTO DA APAE DE MARÍLIA (vide folha nº 08 do Processo de Convênio nº 01432/16).

**ESTATUTO DA APAE DE MARÍLIA**

**Artigo 9º** - São os seguintes os fins e objetivos desta APAE, nos limites territoriais do seu município, voltados a promoção de atividades de finalidades de relevância pública e social, em especial:

- I) promover a melhoria da qualidade de vida das pessoas com deficiência, preferencialmente intelectual e múltipla, e transtornos globais do desenvolvimento, em seus ciclos de vida: crianças, adolescentes, adultos e idosos, buscando assegurar-lhes o pleno exercício da cidadania;
- II) prestar serviço de habilitação e reabilitação ao público definido no inciso I deste artigo, e a promoção de sua integração à vida comunitária no campo da assistência social, realizando atendimento, assessoramento, defesa e garantia de direitos, de forma isolada ou cumulativa às pessoas com deficiência, preferencialmente intelectual e múltipla, e para suas famílias;
- III) prestar serviços de educação especial às pessoas com deficiência, preferencialmente intelectual e múltipla;
- IV) oferecer serviços na área da saúde, desde a prevenção, visando assegurar uma melhor qualidade de vida para as pessoas com deficiência, preferencialmente intelectual e múltipla.



340

**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**  
**DIRETORIA DE ENSINO REGIÃO DE MARÍLIA**  
**NÚCLEO DE FINANÇAS**

Seu objeto está discriminado nos artigos 2º e 3º do ESTATUTO DA APAE DE MARÍLIA (vide folha nº 07 do Processo de Convênio nº 01432/16).

**ESTATUTO DA APAE DE MARÍLIA**

**Artigo 2º** - A APAE de Marília é uma associação civil, filantrópica, de caráter assistencial, educacional, cultural, de saúde, de estudo e pesquisa, desportivo e outros, sem fins lucrativos, com duração indeterminada, tendo sede na rua Raul Torres, nº 70, bairro Fragata C, e foro no município de Marília, Estado de São Paulo.

**Artigo 3º** - A APAE de Marília tem por MISSÃO promover e articular ações de defesa de direitos e prevenção, orientações, prestação de serviços, apoio à família, direcionadas à melhoria da qualidade de vida da pessoa com deficiência e à construção de uma sociedade justa e solidária.

**II – Relação dos repasses concedidos, identificando número, data e valor dos respectivos documentos de crédito, por fonte de recursos, bem como, os rendimentos financeiros auferidos;**

Número Nota de Empenho	Datas	Fontes de Recursos	Valores
2017NE00112	01/01/2017	005003002	R\$ 350.000,00
<b>TOTAL</b>			<b>R\$ 350.000,00</b>

Datas	Ordem Bancária	Valores
06/03/2017	2017OB10272	R\$ 116.666,66
07/06/2017	2017OB43422	R\$ 116.666,67
15/09/2017	2017OB77056	R\$ 116.666,67
<b>TOTAL</b>		<b>R\$ 350.000,00</b>

Mês Referência (Rendimentos Financeiros)	Valor
Janeiro/2017	R\$ 0,00
Fevereiro/2017	R\$ 0,00
Março/2017	R\$ 574,15
Abril/2017	R\$ 514,38
Maio/2017	R\$ 393,37
Junho/2017	R\$ 625,33
Julho/2017	R\$ 789,09
Agosto/2017	R\$ 631,13
Setembro/2017	R\$ 551,84
Outubro/2017	R\$ 792,48
Novembro/2017	R\$ 558,67
Dezembro/2017	R\$ 199,81
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 5.630,25</b>





**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**  
**DIRETORIA DE ENSINO REGIÃO DE MARÍLIA**  
**NÚCLEO DE FINANÇAS**

341 f

**III - Datas das respectivas prestações de contas, bem como aplicação de sanções por eventuais ausências de comprovação ou desvio de finalidade;**

A prestação de contas compreende o período de 01/01/2017 a 31/12/2017 conforme CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – Da Vigência do Termo de Colaboração. Recebemos a prestação de contas do ente beneficiário em 12/01/2018.

Não houve sanções por ausência de comprovação ou desvio de finalidade.

**IV – Os valores aplicados no objeto do repasse, informando inclusive eventuais glosas;**

O Plano de Trabalho previa a aplicação de R\$ 350.000,00 com o repasse estadual (mínimo 80% - Pessoal Área Pedagógica e máximo 20% - Despesas Administrativas) e houve saldo de aplicação financeira no valor de R\$ 5.630,25.

Conforme ANEXO RP-14 – REPASSES AO TERCEIRO SETOR, o município aplicou no objeto do convênio: R\$ 355.630,25.

**V – A devolução de eventuais glosas, saldos ou autorização formal para a utilização em exercício subsequente;**

Não houve glosas, saldos ou autorização formal para a utilização em exercícios subsequentes.

**VI – Se as atividades desenvolvidas com os recursos próprios e as verbas públicas repassadas se compatibilizam com as metas propostas, bem como os resultados alcançados, indicando o cumprimento do plano de trabalho, com exposição das razões da não consecução ou extrapolação das metas pactuadas;**

As atividades desenvolvidas com as verbas públicas repassadas se compatibilizam com as metas propostas e estabelecidas no Plano de Trabalho, bem como os resultados alcançados, conforme Relatório de Atividades - 2017 (vide folhas nºs 306 a 317) e Relatórios dos trabalhos desenvolvidos e das metas atingidas autuados no Processo de Credenciamento nº 01433/16:

<b>Relatórios dos trabalhos desenvolvidos e das metas atingidas</b>	<b>Páginas</b>
Recebido em 26/05/2017	725 a 834
Recebido em 22/08/2017	842 a 940

**VII – O cumprimento das cláusulas pactuadas em conformidade com a regulamentação que rege a matéria;**

As cláusulas pactuadas em conformidade com: a Lei nº 13.019/2014, a qual estabeleceu o regime jurídico das parcerias voluntárias, envolvendo ou não transferências de recursos financeiros, entre a administração pública e as organizações



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**  
**DIRETORIA DE ENSINO REGIÃO DE MARÍLIA**  
**NÚCLEO DE FINANÇAS**

3428

da sociedade civil; o Decreto nº 62.294/2016, que autorizou a Secretaria da Educação a representar o Estado; e a Resolução SE 26/2017, a qual o Excelentíssimo Senhor Secretário da Educação delegou aos Dirigentes Regionais de Ensino a assinatura e as prorrogações dos referidos instrumentos, foram cumpridas durante a vigência do Convênio.

**VIII – A regularidade dos gastos efetuados e sua perfeita contabilização, atestadas pelo órgão/entidade concessor(a);**

O órgão concessor atesta que os recursos públicos foram aplicados em conformidade com o objeto do repasse, com o Termo de Colaboração e com o respectivo Plano de Trabalho, e, conforme Demonstração de Superávits ou Déficits / 2017, (vide folhas nºs 320 a 325) os gastos foram perfeitamente contabilizados.

**IX- A conformidade dos gastos às normas gerais sobre licitações e contratos administrativos definidos na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações;**

Aplicável somente aos casos de repasses públicos a entidades do Primeiro Setor.

**X – Que os originais dos comprovantes de gastos contêm a identificação da entidade beneficiária, do tipo de repasse e do número do ajuste, bem como do órgão/entidade repassador(a) a que se referem;**

Atestamos que as cópias dos documentos de despesas correspondem aos originais, possuindo a identificação da entidade beneficiária, bem como carimbos com a identificação do tipo de repasse e do órgão repassador a que se referem.

**XI – A regularidade dos recolhimentos de encargos trabalhistas, quando a aplicação dos recursos envolver gastos com pessoal;**

O órgão concessor atesta a regularidade dos recolhimentos de encargos trabalhistas realizados pelo ente beneficiário, conforme Certidões Negativas de Débitos referentes aos Tributos Federais, ao FGTS e à Justiça do Trabalho (vide folhas nºs 17, 18 e 19).

**XII – O atendimento aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, motivação e interesse público;**

A execução do Termo de Colaboração firmado atendeu aos princípios da Administração Pública: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, motivação e interesse público.





GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO  
DIRETORIA DE ENSINO REGIÃO DE MARÍLIA  
NÚCLEO DE FINANÇAS

343 Y

**XIII – A existência e o funcionamento regular do controle interno do órgão ou entidade público (a) concessor (a), com indicação do nome completo e CPF dos respectivos responsáveis;**

O órgão concessor informa que até a data da elaboração deste parecer não consta funcionamento regular do sistema de controle interno.

**XIV – Indicação quanto à realização de visita *in loco* pelo órgão ou entidade concessor(a), quando houver.**

Foram realizadas duas visitas *in loco* pelo órgão concessor durante a vigência do Termo de Colaboração, conforme Termos de Visitas autuados no Processo de Credenciamento nº 01432/16:

Data Termo de Visita	Data da Visita	Páginas
1º - 29/05/2017	25/05/2017	835 e 836
2º - 22/08/2017	01/08/2017	941 e 942

Marília/SP, 05 de abril de 2018.

**IVANILDE ELIAS ZAMAE**  
Dirigente Regional de Ensino